

Relatório de Execução Orçamental (RET)

1.º trimestre de 2023

Aprovado em reunião do Conselho de Administração de 27 de abril de 2023

Assinado de
forma digital
por Antonio
Borges
António Borges
Presidente CA

Assinado por: **VÍTOR MANUEL SIMÕES DIAS**
Num. de Identificação: 07785465

Vítor Dias
Vice-presidente CA

Joana Mafalda Joana Mafalda
Felício Ferreira Felício Ferreira
Joana Felício
Vogal CA

Índice

Nota Introdutória

1. Demonstração de Resultados

2. Indicadores Operacionais

3. Demonstração de Posição Financeira

4. Investimento e Endividamento

5. Cumprimento de Obrigações Legais

6. Acrónimos e Fórmulas

Nota Introdutória

- O PAO 2023 foi submetido para apreciação da UTAM no dia 26 de dezembro de 2022.
- A tarifa aplicada em 2023 é de 0,3673 euros/m³, 2,7% acima da tarifa de 2022 (0,3576€/m³).
- O volume de água vendido em 2023 no 1º trimestre foi em média de 266 mil m³/dia, 1,7% abaixo do orçamentado para o mesmo período e 3,3% acima do registado em igual período de 2022.
- Os gastos operacionais acumulados no 1º trimestre de 2023 ficaram 28% abaixo do orçamento, em grande parte devido a uma menor gasto que o previsto com energia elétrica, em resultado de menores tarifas e menores TAR (Tarifas de acesso a redes) face ao previsto no orçamento. Por outro lado, os gastos operacionais ficaram 65% acima do verificado em 2022, para o mesmo período, uma vez que houve uma subida acentuada dos preços da energia elétrica.
- O resultado financeiro apresenta um valor positivo de cerca de 81 mil euros, uma vez que, os rendimentos financeiros foram superiores aos gastos financeiros.

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

I.º trimestre de 2023

Demonstração de Resultados		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		1º T	2º T	3º T	4º T	3M			12 M
Venda de água	mil €	8 806				8.806	8 304	8 960	37 884
Rendimentos de construção em ativos concessionados	mil €	1 335				1.335	1 262	3 202	18 311
Desvio de recuperação de gastos	mil €	144				144	-3 196	4 514	15 456
Custo das vendas/variação inventários	mil €	- 173				-173	- 105	- 135	- 541
Gastos de construção em ativos concessionados	mil €	-1 335				-1.335	-1 262	-3 202	-18 311
Subcontratos	mil €	0				0	0	0	0
Fornec. e serviços externos (excluindo Subcontratos)	mil €	-4 862				-4.862	-1 705	-7 884	-31 583
Gastos com pessoal	mil €	-1 377				-1.377	-1 266	-1 645	-6 266
Amortizações	mil €	-2 903				-2.903	-2 513	-3 285	-13 217
Outros Gastos e Perdas Operacionais	mil €	- 160				-160	- 154	- 169	- 699
Subsídios ao Investimento	mil €	781				781	747	840	3 362
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	mil €	124				124	123	128	511
Resultados Operacionais	mil €	381	0	0	0	381	235	1.324	4.908
Gastos Financeiros	mil €	- 105				-105	- 176	- 165	-773
Rendimentos Financeiros	mil €	185				185	186	188	626
Resultados Financeiros	mil €	81	0	0	0	81	10	23	-147
Resultados Antes de imposto	mil €	461	0	0	0	461	245	1.347	4.761
Imposto sobre o Rendimento	mil €	- 110				-110	-25	-1 042	-3.520
Resultado Líquido do Exercício	mil €	352	0	0	0	352	220	305	1.240

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

O resultado líquido ascendeu a 352 mil euros, incorporando 144 mil euros de desvio de recuperação gastos (défice). A diferença para o orçamento resulta da OT 10 anos ser superior ao previsto (3,23% em vez 2,41%).

O volume de vendas acumulado atingiu os 8,8 milhões de euros, 1,7% abaixo do valor orçamentado e 6,1% acima do valor registado em igual período de 2022.

Os gastos acumulados com FSE ficaram 38% abaixo do orçamento e 185% acima do registado em 2022. Estes desvios explicam-se pela subida de preço da eletricidade face a 2022, embora abaixo do que ficou previsto em orçamento.

Os gastos com pessoal ficaram 16% abaixo do orçamentado, uma vez que no PAO 2023 ficaram previstos valores para o acordo plurianual de valorização da função pública que ainda não se efetivaram.

As amortizações são calculadas pelo método de depleção caudais, pelo que ficaram abaixo do previsto devido à redução de volumes faturados.

Resultado Financeiro de 81 mil euros, em resultado de um menor valor em dívida de financiamento face ao orçamentado.

2. INDICADORES OPERACIONAIS

I.º trimestre de 2023

FATURAÇÃO GLOBAL		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		1º T	2º T	3º T	4º T	3M			12 M
Volume de atividade (faturado)	mil m³	23.976	0	0	0	23.976	23.221	24.396	103.143
Volume de atividade - abastecimento	mil m³	23.976				23.976	23.221	24.396	103.143
Volume de Negócios ¹	mil €	8.806	0	0	0	8.806	8.304	8.960	37.884
Volume negócios - abastecimento	mil €	8.806				8.806	8.304	8.960	37.884

¹ Não inclui: Desvio de recuperação de gastos e Rendimentos Construção

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

GASTOS OPERACIONAIS		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		1º T	2º T	3º T	4º T	3M			12 M
Custo das vendas/variação inventários	mil €	173				173	105	135	541
Subcontratos	mil €	0				0	0	0	0
Fornec. e serviços externos (excluindo Subcontratos)	mil €	4.862				4.862	1.705	7.884	31.583
Gastos com pessoal	mil €	1.377				1.377	1.266	1.645	6.266

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

DESEMPENHO		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		1º T	2º T	3º T	4º T	3M			12 M
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes	mil €	237				237	3.431	-3.190	-10.548
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation	mil €	2.359				2.359	5.196	-745	-693
Margem EBITDA	%	27%				27%	63%	-8%	-2%

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

O Volume de Negócios da atividade totalizou, neste trimestre, 8,8 milhões de euros relativos aos 24 milhões de m³ faturados aos clientes.

O volume faturado no 1º trimestre de 2023 ficou 1,7% abaixo do orçamento e 3,3% acima do registado em igual período de 2022.

A rubrica custo das vendas ficou acima do previsto em resultado da subida de preço de mercado dos reagentes utilizados no tratamento da água, nas ETA da empresa.

Os FSE ficaram abaixo do previsto, essencialmente, devido à poupança na rubrica eletricidade (aumento de preços real menor que aumento orçamentado).

Os gastos com pessoal ficaram 16% abaixo do orçamentado, uma vez que no PAO 2023 ficaram previstos valores para o acordo plurianual de valorização da função pública que ainda não se efetivaram.

O aumento de gastos operacionais verificado em 2023 impactou negativamente na evolução do EBIT e do EBITDA, que desceu face a 2022.

3. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (Balanço)

I.º trimestre de 2023

Demonstração da Posição Financeira		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		3M	6M	9M	12M		3M		12 M
Ativos não correntes	mil €	181.764	0	0	0	181.764	183.470	185.271	171.426
Ativo intangível	mil €	140.172				140.172	144.702	145.733	145.738
Ativo fixo tangível	mil €	451				451	496	445	406
Ativos sob direito de uso	mil €	220				220	280	189	1.028
Outros ativos financeiros	mil €	12.346				12.346	12.341	12.021	10
Impostos diferidos ativos	mil €	28.575				28.575	25.651	26.884	24.243
Ativos correntes	mil €	10.550	0	0	0	10.550	11.186	12.541	15.942
Inventários	mil €	694				694	659	640	640
Clientes	mil €	7.470				7.470	7.494	8.341	8.613
Outros ativos correntes	mil €	832				832	291	2.469	5.701
Caixa e seus equivalentes	mil €	1.555				1.555	2.742	1.091	988
Ativo total	mil €	192.314	0	0	0	192.314	194.657	197.812	187.368
Capital Social	mil €	20.903				20.903	20.903	20.903	20.903
Reservas e outros ajustamentos	mil €	8.999				8.999	9.656	8.993	8.993
Resultado líquido	mil €	352				352	220	305	1.240
Capital Próprio	mil €	30.253	0	0	0	30.253	30.778	30.201	31.136
Passivos não Correntes	mil €	146.945	0	0	0	146.945	154.819	151.632	140.252
Acrés. Custos Investim. Contratual	mil €	19.899				19.899	21.884	21.985	16.566
Subsídios ao investimento	mil €	43.261				43.261	45.781	43.061	40.551
Financiamentos obtidos	mil €	15.973				15.973	29.253	25.473	32.624
Passivos da locação	mil €	93				93	41	76	579
Fornecedores e outros passivos não correntes	mil €	679				679	625	0	0
Imposto diferidos passivos	mil €	3.984				3.984	4.144	3.887	3.726
Desvio tarifário Passivo	mil €	63.056				63.056	53.092	57.149	46.207
Passivos Correntes	mil €	15.116	0	0	0	15.116	9.060	15.980	15.979
Financiamentos obtidos	mil €	1.417				1.417	2.367	1.280	1.349
Passivos da locação	mil €	57				57	171	45	371
Fornecedores e outros passivos correntes	mil €	12.215				12.215	5.440	13.183	14.259
Imposto sobre o Rendimento do exercício	mil €	1.426				1.426	1.082	1.472	0
Passivo total	mil €	162.061	0	0	0	162.061	163.879	167.611	156.232
Ativo total - (Passivo total + Capital Próprio)	mil €	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs:

Passivo corrente - Financiamentos obtidos incluem especialização de juros

O ativo total atinge os 192,3 milhões de euros, representando o ativo intangível 140,2 milhões de euros;

O DRG superavitário atinge os 63 milhões de euros.

DÍVIDA CLIENTES		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		3M	6M	9M	12M	3M			12 M
Dívida de Clientes									
Dívida total	mil €	7.470				7.470	7.494	8.341	8.613
Dívida vencida total	mil €	89				89	0	0	0
Acordos de pagamento	mil €	0				0	0	0	0
Injunções	mil €	0				0	0	0	0

Obs: A linha *Dívida total* inclui dívida relativa a faturação emitida bem como estimativa de um mês de vendas.

DESEMPENHO		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		3M	6M	9M	12M	3M			12 M
Dívida Financeira	mil €	17.253				17.253	31.469	26.753	33.973
Debt to equity	%	0,6				0,6	1,0	0,9	1,1
Net Debt - Endividamento líquido	mil €	3.351				3.351	16.386	13.640	32.974
Net Debt to EBITDA	valor	1,4				1,4	3,2		

Obs:
Dívida financeira corresponde apenas aos montantes em dívida. No balanço, financiamento a curto prazo inclui especialização de juros.
EBTIDA PAO 2023 tem valor negativo pois, sem efeito do DRG, gastos são superiores a rendimentos, assim não se apresenta o valor Net Debt to EBITDA.

No final do 1º trimestre, a dívida total dos utilizadores do sistema era de 7,47 milhões de euros, sendo cerca de 89 mil euros de dívida vencida.

4. INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO

I.º trimestre de 2023

INVESTIMENTO TOTAL		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		1º T	2º T	3º T	4º T	3M	3M	12 M	12 M
Investimento	mil €	1 335				1 335	1 262	3 202	18 311
Ativos Intangíveis	mil €	127				127	14	105	825
Ativos fixos Tangíveis	mil €	0				0	0	0	0
Investimento em curso	mil €	1 208				1 208	1 248	3 097	17 486
Investimento Alta	mil €	1 335	0	0	0	1 335	1 262	3 202	18 311

Investimento incluídos em Fichas de Acompanhamento		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		1º T	2º T	3º T	4º T	3M	3M	12 M	12 M
Investimento	mil €	0	0	0	0	0	0	525	3 300
AA056 EI Solar fotovoltaico - Fase I	mil €	0				0	0	525	1 800
AA041 EI Reabilitação da ETA de Castelo de Paiva	mil €	0				0	0	0	1 500
AA024 E8 Reabilitação e Ampliação RR Souto Redondo	mil €	0				0	0	105	1 050
AA023 E4 Duplicação Ad. Lagoa-Seixo Alvo, ampliação EE La	mil €	0				0	0	0	500
AA058 EI Abastecimento de água a Fajões	mil €	0				0	0	563	1 050

Investimento com Expressão Material		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		1º T	2º T	3º T	4º T	3M	3M	12 M	12 M
Investimentos ao abrigo do PRR	mil €	0				0	0	351	1 681

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

ENDIVIDAMENTO		2023				2023	2022	PAO 2023	PAO 2023
		3M	6M	9M	12M	3M	3M	12 M	12 M
Endividamento	mil €	17.253	0	0	0	17.253	31.469	26.753	33.973
Médio e Longo Prazo	mil €	15.973	0	0	0	15 973	29.253	25.473	32.624
BEI	mil €	15 973				15 973	17 253	15 973	14 624
Holding	mil €	0				0	12 000	9 500	18 000
Curto Prazo	mil €	1.280	0	0	0	1 280	2.217	1.280	1.349
BEI	mil €	1 280				1 280	1 217	1 280	1 349
Holding	mil €	0				0	1 000	0	0

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

O investimento realizado, no 1º trimestre de 2023, foi de 1,3 milhões de euros.

Estão em curso as seguintes empreitadas:
Abastecimento a Baião zona nascente, Nova captação de Baião e estabilização de taludes.

O endividamento ascende a 17,25 milhões de euros, abaixo do previsto em orçamento, por 2 motivos: redução do endividamento em 2022 superior ao previsto e menor necessidade de financiamento em 2023 (menores gastos e menores investimentos).

5. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

I.º trimestre de 2023

Cumprimento do Despacho 252/2022-SET (ponto 3.1)		2023	2022	PAO 2023
		3M		
Gastos com Pessoal	mil €	1.377	1.266	1.645
Órgãos Sociais	mil €	69	67	76
Absentismo (**)	mil €	0	0	0
Gastos com Pessoal (sem efeito OS e Absentismo)	mil €	1.308	1.199	1.569
Rubricas Operacionais (*)	mil €	6.412	3.076	9.665
Gastos c/ estudos, pareceres e proj. Consultoria	mil €	10	1	7

Ano de ref ^a	2022	PAO 2023	Ano de ref ^a
3M	12 M		
1.266	5.184	6.266	2022
67	285	288	2022
0	85	0	2022
1.199	4.985	5.979	2022
3.076	13.600	38.390	2022
1	11	27	2022

Obs:
(*) CMVMC + FSE + Gastos com pessoal
(**) determinado apenas no final de cada ano

Prazo Médio Pagamento		2023				2023	2022	PAO 2023
		3M	6M	9M	12M	3M	12 M	
PMP - Prazo Médio de Pagamentos	dias	52				52	39	48

Obs: Campo para legenda e/ou ajuda na leitura do quadro

Ponto 3.1 dos Princípios Financeiros (DESPACHO N.º 252/2022-SET)

No âmbito da monitorização do ponto 3.1. das IPG 2023, o ano de referência para comparação dos gastos do PRC (Gastos com pessoal e Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria) é o ano de 2022.

Conforme RCM nº 34/2008 - Média Móvel a 12 meses

Indicadores e Gastos Operacionais (valores acumulados)		2023				2022/2019	PAO 2023	2022/2019	PAO 2023
		3M	6M	9M	12M	3M		12 M	
(1) CMVMC	mil €	173				105	135	521	541
(2) FSE's	mil €	4.862				1 705	7 884	7 895	31 583
(3) PESSOAL (DR)	mil €	1.377				1 266	1 645	5 184	6 266
i) Órgãos Sociais	mil €	69				67	76	285	288
ii) impacto de cumprimento de disposições legais	mil €	215				82	341	671	1 363
iii) orientações relativas a acordo 9/10/2022 ^(a)	mil €	20				0	92	95	366
iv) impacto de efeito de absentismo	mil €	0				0	0	85	0
v) impacto de indemnizações por rescisão	mil €	0				0	0	0	0
vi) outros (COVID/Trainee)	mil €	0				23	0	49	9
vii) gastos capitalizados	mil €	134				93	90	434	365
FATORES EXCECIONAIS ^(b)									
viii) FSE's - Fatores energeticos (eletricidade)	mil €	1 782				-1 441	4 706	-1 441	18 826
ix) FSE's - Fatores energeticos (combustíveis)	mil €	0							
x) FSE's - Outros (COVID, etc)	mil €	0				16	0	39	0
EFEITO OBRIGAÇÕES LEGAIS p/ cálculo GO/VN									
xi) CMVMC	mil €	0				0	0	0	0
xii) FSE	mil €	0				0	0	0	0
xiii) Pessoal (ACT artº 21º + Acordo valorização)	mil €	124				35	335	530	1 339
OUTRAS RUBRICAS OPERACIONAIS									
xiv) Gastos c/ Deslocações, Aloj. e ajudas de custo	mil €	1				2	6	19	24
xv) Gastos com as viaturas	mil €	106				116	106	509	513
xvi) Gastos com estudos, pareceres e proj. consultoria	mil €	10				1	7	11	27
xvii) Gastos FSE capitalizados	mil €	27				10	10	47	40

INDICADORES DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS RELATIVOS A GASTOS OPERACIONAIS

GO/VN (4)/(5) ^(c)	%	52,98%	49,00%	52,72%	49,18%	49,18%
(4) GO = (1)+(2)+(3)-(viii)-(ix)-(x)-(xi)-(xii)-(xiii)+(vii)+(xvii)	mil €	4 666		4 724		18 630
(5) Volume de Negócios = (Venda água)	mil €	8 806		8 960		37 884
Gastos com Pessoal ^(d) = (3)-(i)-(ii)-(iii)+(iv)-(v)-(vi)+(vii)	mil €	1 207		1 187	1 227	4 603
FSE ^(e) = (3)-(viii)-(ix)-(x)	mil €	3 079		3 130	3 178	9 297
Rubricas Operacionais ^(f) = (xiv)+(xv)+(xvi)-(ix)	mil €	117		119	118	540

(a) engloba valorizações de 2022 conforme Despacho SET 397/2022 e Acordo Plurianual de valorização rendimentos.

(b) Conforme alínea c) do nº2 do artigo 133 do DL nº10/2023, de 8 de fevereiro;

(c) Calculado de acordo com o nº1 e alínea c) do nº2 do artigo 133 do DL nº 10/2023, de 8 de fevereiro; o ano de referência é 2019

(d) Conforme alínea a) do nº4 do artigo 133 do DL nº10/2023, de 8 de fevereiro;

(e) Conforme alínea b) do nº4 do artigo 133 do DL nº10/2023, de 8 de fevereiro.

(f) Conforme alínea c) do nº4 do artigo 133 do DL nº10/2023, de 8 de fevereiro.

Endividamento		2023				2022	PAO 2023	2022	PAO 2023
		3M	6M	9M	12M	3M		12 M	
Endividamento	mil €	17.253				50.921	26.753	50.921	33.973
Taxa de Crescimento de Endividamento (DLEO)	%	0,00%							

Nº de colaboradores		2023				2022	PAO 2023	2022	PAO 2023
		3M	6M	9M	12M	3M		12 M	
Recursos Humanos	nº	163	0	0	0	153	163	163	163
Pessoal	nº	151				141	151	151	151
Órgãos Sociais	nº	12				12	12	12	12
Contratos Suspensos	nº	3				3	3	3	3

Pressupostos de análise:

Conforme nº1 do artigo 133 do DL nº 10/2023, de 8 de fevereiro, o ano de referência para o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios é o ano de 2019. Os valores de referência apresentam-se nas células sombreadas a cinzento. Para os restantes indicadores, o ano de referência é 2022.

Análise:

No final do 1º trimestre a AdDP está a cumprir o orçamento, apresentando um rácio GO/VN de 52,98%, ligeiramente superior ao estimado em virtude de um menor volume de negócios. Estima-se o cumprimento do rácio de PAO no final do ano. Relativamente ao fator excecional energético (eletricidade), foi calculado considerando que o gasto médio foi o do ano 2019, ou seja, os gastos acima dos reais de 2019 foram considerados excecionais e retirados do cálculo GO/VN. Em 2022, devido a tarifas energéticas muito baixas, foi igualmente considerado fator excecional de sentido contrário.

ACRÓNIMOS	DESCRIÇÃO
Gerais	
ACT	Acordo Coletivo de trabalho
AdDP	Águas do Douro e Paiva
BEI	Banco Europeu de Investimentos
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
FSE	Fornecimento e Serviços Externos
IEIPG	Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão
LOE	Lei de Orçamento de Estado
NSE	Níveis de Serviços Estabelecidos
OT	Obrigações do Tesouro
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
SET	Secretaria de Estado do Tesouro
SMM	Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento
VN	Volume de Negócios
Indicadores	
DRG	Desvio Recuperação de Gastos
EBIT(DA)	Earning Before Interest and Taxes (Depreciations and Amortizations)
FA	Fundo Ambiental
GO	Gastos Operacionais
IFRIC12	Internacional Financial Reporting Interpretations Committee
OT	Obrigações do Tesouro (a 10 anos)
VN	Volume de Negócios
Unidades	
M€	Milhões de Euros
m€	Milhares de Euros
€	Euros
3M, 6M, 9M e 12 M	Valores Acumulados do; 1º trimestre, 2º trimestre, 3º trimestre e 4º trimestre, respetivamente

FÓRMULAS	DESCRIÇÃO
<i>Autonomia Financeira</i>	<i>Capital Próprio / Ativo Total</i>
<i>Debt to Equity</i>	<i>Dívida Financeira / Capital Próprio</i>
<i>EBIT</i>	<i>EBITDA (Ajustado - Amortizações, provisões e perdas por imparidade + Subsídios ao Investimento)</i>
<i>EBITDA</i>	<i>Resultado Operacional + Amortizações, provisões e perdas por imparidade - Subsídios ao investimento</i>
<i>Fundo de Maneio</i>	<i>Ativos Correntes / Passivos Correntes</i>
<i>Liquidez Geral</i>	<i>Ativos Correntes / Passivos Correntes</i>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>EBITDA (Ajustado) / Volume de Negócios</i>
<i>Net Debt</i>	<i>Dívida Financeira - Disponibilidades</i>
<i>Net Debt to EBITDA</i>	<i>Net Debt / EBITDA</i>
<i>Variação do Endividamento</i>	<i>[[Financiamento Remunerado_N - Financiamento Remunerado_{N-1}] + [Capital Social_N - Capital Social_{N-1}]] / [Fundo de Remuneração_{N-1} + Capital Social_{N-1}]</i>
<i>Volume de Negócios</i>	<i>Vendas + Prestações de Serviços</i>

Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da
Águas do Douro e Paiva, S.A.

Memorando de Acompanhamento relativo ao primeiro trimestre de 2023

Exmos. Senhores,

Introdução

1 Para efeitos do disposto no Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, procedemos à análise da informação financeira, incluída em Anexo, preparada pelo Conselho de Administração da Águas do Douro e Paiva, S.A. (adiante designada por Entidade), relativa ao primeiro trimestre de 2023, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório de Execução Orçamental - 1.º trimestre de 2023”, que inclui, entre outros aspetos, (i) a análise orçamental, (ii) a análise financeira comparativa e (iii) a análise do plano de investimentos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

3 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Entidade ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento trimestral, com vista à identificação de eventuais situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

4 Para a elaboração do presente Memorando de Acompanhamento, efetuámos os seguintes procedimentos:

- a) Acompanhamento da atividade da Entidade através de:
- Participação em reuniões efetuadas com os responsáveis da Entidade e leitura das atas, tendo sido solicitado e obtidos os esclarecimentos que foram considerados necessários;
 - Consultados os balancetes e restante informação financeira relativos ao período de três meses findo em 31 de março de 2023;
 - Obtenção de informação do grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas no período de três meses findo em 31 de março de 2023.
- b) Observação do cumprimento das determinações legais aplicáveis, no período de três meses findo em 31 de março de 2023, no que se refere aos seguintes aspetos:
- Deveres de informação previstos no n.º 2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 10/2023;

- Plano de contratação de trabalhadores previsto nos artigos 131º e 132º do Decreto-Lei n.º 10/2023;
 - Plano de redução de gastos operacionais conforme previsto no artigo 133º do Decreto-Lei n.º 10/2023;
 - Limite de endividamento das empresas do setor empresarial do Estado no artigo 134º do Decreto-Lei n.º 10/2023;
 - Princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 105º da Lei n.º 24-D/2022;
 - Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com o Despacho 9870/2009; e
 - Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- c) Observação do cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos, e a análise da situação contributiva da Entidade e das comunicações e inspeções fiscais.

5 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Entidade do período de três meses findo em 31 de março de 2023, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Entidade no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto na alínea i) do n.º 1 do Artigo 44º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

Principais aspetos e conclusões

5.1 A demonstração da posição financeira e a demonstração dos resultados do período de três meses findo em 31 de março de 2023, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e aos períodos homólogos encontram-se detalhadas e justificadas no documento em anexo, preparado pelo Conselho de Administração da Entidade, denominado por “Relatório de Execução Orçamental - 1.º trimestre de 2023”.

5.2 A Entidade deverá apresentar as dívidas a fornecedores no site da internet, caso o Prazo médio de pagamentos seja superior a 60 dias. A Entidade apresenta um PMP de 52 dias, portanto inferior ao limite. No âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 e pelo RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a Entidade deveria apresentar um PMP inferior a 39 dias, o que não se verificou, encontrando-se assim numa tendência de incumprimento.

5.3 Relativamente ao plano de contratação de colaboradores, nos termos do previsto nos artigos 131º e 132º do Decreto-Lei n.º 10/2023, a Entidade encontra-se em cumprimento.

5.4. Conforme previsto no artigo 133º do Decreto-Lei n.º 10/2023, nomeadamente no que respeita à redução ou manutenção do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, a Entidade encontra-se numa tendência de incumprimento com o período de 2019 e com o orçamento, sendo que a aferição deste rácio é anual



5.4 Conforme previsto no artigo 133º do Decreto-Lei n.º 10/2023, nomeadamente no que respeita ao plano de redução de custos, a Entidade encontra-se em cumprimento, no que respeita aos gastos com pessoal, gastos com frota automóvel, gastos com deslocações, alojamento e ajudas de custo e gastos com pareceres, projetos e consultoria face ao orçamento, não obstante de exceder os referidos gastos face ao período homólogo relativamente aos gastos com pessoal.

5.5 Não foram identificadas inconformidades com os requisitos legais estabelecidos no artigo 134º do Decreto-Lei n.º 10/2023, nomeadamente no que respeita ao limite do endividamento.

5.6 Adicionalmente, a Entidade encontra-se ainda em cumprimento no que diz respeito ao princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 105º da Lei n.º 24-D/2022. Adicionalmente, e de forma complementar à informação divulgada no Relatório de Governo Societário do exercício de 2022, indagámos junto dos responsáveis que a Entidade se encontra a cumprir no exercício de 2023 com os Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013.

5.7 Observámos o cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos. Adicionalmente garantimos que a situação contributiva da Entidade estava regularizada e que não existiram comunicações e inspeções fiscais durante o período.

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais.

3 de novembro de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com o nº 20200003

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
DO 1º TRIMESTRE DE 2023 DA
ÁGUAS DOURO E PAIVA, SA (ADDP)



INTRODUÇÃO

1. Nos termos do disposto no artigo 25.º, nos 2 e 3 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (“RJSPE”), os titulares dos órgãos de Administração das empresas públicas devem especificar o nível de execução orçamental da empresa, incluindo o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as operações financeiras contratadas.
2. Ao abrigo do artigo 44.º, n.º1, alínea j) do RJSPE, as empresas estão obrigadas a divulgar os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.
3. Em conformidade com as disposições acima referidas, o Conselho Fiscal da Águas do Douro e Paiva, SA, apresenta o seu relatório relativo à Execução orçamental do 1º trimestre de 2023, subscrito pelo Conselho de Administração e datado de 27 de abril de 2023.
4. Os valores do orçamento relativamente a 2023, e que serviram de base à elaboração deste documento foram aprovados em Assembleia Geral em 27 de março de 2023, submetidos para apreciação da UTAM em 26 de dezembro de 2022, tendo os despachos da tutela contendo a aprovação do PAO 2023 sido emitidos em 10 e 29 de agosto de 2023.
5. Foi, entretanto, recebida a decisão final da ERSAR, quanto ao desvio de recuperação de gastos de 2022 (15 de junho de 2023), que propõe uma correção imaterial de 2,3 mil euros. Apesar da Administração não concordar com os argumentos apresentados, decidiu acomodar a diferença, dada a imaterialidade do valor em questão.
6. Analisámos ainda o conteúdo do Relatório do Revisor Oficial de Contas subjacente à execução orçamental em análise.

PROCEDIMENTOS DESENVOLVIDOS

1. O Conselho Fiscal acompanhou a atividade da empresa ao longo do trimestre, quer através da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, quer através da análise da informação contabilística e de controlo de gestão e do contacto com a Administração e Serviços.
2. Adicionalmente, utilizando procedimentos de revisão analítica e o conhecimento que dispomos de períodos anteriores sobre a atividade da Águas do Douro e Paiva, SA., analisámos o conteúdo do Relatório de Execução Orçamental preparado pela empresa, e a razoabilidade dos seus desvios quanto à:

- a. Evolução da Demonstração da Posição Financeira (Balanço) real, com referência a 31 de março de 2023, e sua comparação com o respetivo orçamento na mesma data;
- b. Evolução da Demonstração do Rendimento Integral (Demonstração de Resultados por naturezas) real, com referência a 31 de março de 2023, e sua comparação com o respetivo orçamento para o mesmo período;
- c. Análise das atividades de investimento;
- d. Orientações legais vigentes.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1. Síntese do balanço

em milhares de euros					
Rubricas	março 2023	Orçamento março23	Desvio	março 2022	Desvio
Ativo não corrente	181.763	185.271	-3.508	183.471	-1.708
Ativo intangível	140.172	145.733	-5.561	144.702	-4.531
Ativo tangível	451	445	6	496	-45
Ativos sobre direito de uso	220	189	31	280	-60
Outros ativos financeiros	12.346	12.021	325	12.341	5
Impostos diferidos ativos	28.575	26.884	1.691	25.651	2.923
Ativo Corrente	10.551	12.541	-1.990	11.186	-635
Inventários	694	640	54	659	35
Clientes	7.470	8.341	-871	7.494	-24
Disponibilidades	1.555	1.091	464	2.742	-1.187
Outros ativos correntes	832	2.469	-1.637	291	541
Total do Ativo	192.314	197.812	-5.498	194.657	-2.343
Capital Próprio	30.253	30.201	52	30.778	-525
Passivo não corrente	146.946	151.631	-4.685	154.820	-7.874
Financiamentos obtidos	15.973	25.473	-9.500	29.253	-13.280
Passivos da locação	93	76	17	41	52
Subsidios ao investimento	43.261	43.061	200	45.781	-2.520
Ac. Custos Inv. Contratual	19.899	21.985	-2.086	21.884	-1.985
Desvio de recuperação de gastos	63.056	57.149	5.907	53.092	9.964
Imposto diferido passivo	3.984	3.887	97	4.144	-160
Fornecedores e outros passivos não correntes	679	0	679	625	54
Passivo corrente	15.115	15.980	-865	9.059	6.056
Financiamentos obtidos	1.417	1.280	137	2.367	-950
Passivos da locação	57	45	12	171	-114
Fornecedores e outros passivos correntes	12.215	13.183	-968	5.440	6.775
Imposto sobre o rendimento do exercício	1.426	1.472	-46	1.082	344
Total do Passivo	162.061	167.611	-5.550	163.879	-1.818
Total do Capital Próprio e Passivo	192.314	197.812	-5.498	194.657	-2.343

Uma das maiores variações no Ativo da sociedade, face ao orçamento, menos 5,5 milhões de euros, respeita à rubrica de Ativos intangíveis, estando relacionada com o facto do investimento estar abaixo do estimado.

No que respeita ao passivo, destaca-se a variação da rubrica de financiamentos, que está abaixo do orçamentado em 9,5 milhões de euros, relacionado com a não realização do investimento em resultado da não aprovação do PAO de 2023 e também com a redução dos gastos operacionais, sobretudo em resultado de menores gastos com energia.

2. Síntese da Demonstração dos Resultados por Naturezas

Na Demonstração de resultados e tendo em conta a comparação face ao orçamentado, realça-se o seguinte:

Rubricas	em milhares de euros				
	Real março 23	Orçamento março 23	Desvio	Real março 22	Desvio
Vendas e Prestação de Serviços	8.806	8.960	-154	8.304	502
Rendimentos de construção (IFRIC 12)	1.335	3.202	-1.867	1.262	73
Défice / Superavit Tarifário	144	4.514	-4.370	-3.196	3.340
Custo das vendas	-173	-135	-38	-105	-68
Gasto da construção (IFRIC 12)	-1.335	-3.202	1.867	-1.262	-73
Fornecimentos e Serviços Externos	-4.862	-7.884	3.022	-1.705	-3.157
Gastos com Pessoal	-1.377	-1.645	268	-1.266	-111
Amortizações	-2.903	-3.285	382	-2.513	-390
Outros Gastos e Perdas Operacionais	-160	-169	9	-154	-6
Subsídios ao investimento	781	840	-59	747	34
Outros rendimentos e ganhos Operacionais	124	128	-4	123	1
Resultados Operacionais	381	1.324	-943	235	146
Resultados financeiros	81	23	58	10	71
Impostos	-110	-1.042	932	-25	-85
Resultado Líquido do Exercício	352	305	47	220	132

- As vendas estão 1,7% abaixo do orçamento, mas 6,1% acima do período homologado (mais 3,3% em m3);
- Constata-se a existência de um deficit tarifário muito inferior ao previsto em sede de PAO, e de reduzido montante (144 mil euros), explicado porque os gastos operacionais estarem abaixo do previsto, sobretudo sob efeito da redução dos gastos com energia.
- Os rendimentos da construção estão abaixo do previsto porque o investimento sofreu abrandamento, representando uma execução de 42% face ao orçamento;
- O menor endividamento está relacionado com o menor investimento e menores gastos operacionais, traduzindo-se também num resultado financeiro positivo no trimestre.
- O Resultado líquido situou-se nos 352 mil euros, 47 mil euros acima face ao orçamento, explicado pela variação nas OT's.

3. Orientações legais vigentes

Apresentamos de seguida uma análise aos principais indicadores:

a. Gastos operacionais sobre o volume de negócios

De acordo com previsto na legislação em vigor, deverá verificar-se a redução ou manutenção do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, relativamente ao ano de referência, neste caso 2019, uma vez que se tratou do ano que registou um volume de negócios superior.

Rubricas	Real março23	Real março22	Real março19	Orçamento março23
Custo das vendas (a)	173	105	116	135
Fornecimentos e Serviços Externos	4.862	1.705	3.049	7.884
Gastos com Pessoal	1.377	1.266	1.180	1.645
Total de gastos DR	6.412	3.076	4.345	9.664
Volume de negócios (a) (b)	8.806	8.304	8.867	8.960
% do total de gastos sobre o Volume de negócios	72,8%	34,3%	49,0%	107,9%
Impacto geopolítico	1782			4.706
Cumprimento obrigações legais	124			335
gastos capitalizados	161			100
Total de gastos Despacho 252/2022 - SET sem impactos	4.666		4.345	4.723
Volume de negócios	8.806		8.867	8.960
% do total de gastos sobre o Volume de negócios	53,0%		49,0%	52,7%

(a) desconsiderando efeito da IFRIC 12

(b) sem desvio tarifário

Quanto a este indicador, a Entidade não cumpre, quer comparando com março de 2019, quer quando comparado com o orçamento de 2023, embora a aferição seja anual.

b. Conjunto de gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, frota e gastos com estudos, pareceres, projetos e consultorias

No que respeita ao indicador conjunto de gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, frota, bem como estudos, pareceres, projetos e consultorias, acumulado a março de 2023 regista um valor inferior ao proporcional do orçamento relativo a esse período, bem como ao valor acumulado a março de 2022 – ano de referência. No entanto, o indicador só poderá ser convenientemente avaliado no final do ano.

Rubricas	Real março23	Real março22	Orçamento março23
Deslocações e estadas, ajudas e custo e alojamento	1	2	6
Gastos com frota automóvel	106	116	106
Estudos, Pareceres e Projetos de Consultoria	10	1	7
Conjunto de gastos	117	119	119

c. Gastos com pessoal

No que respeita aos gastos com pessoal (com exceção da relativa aos corpos sociais e descontado o efeito do absentismo), os mesmos devem ser iguais ou inferiores ao valor executados em 2022. A empresa não apresentou o efeito do absentismo e, portanto, não foi possível concluir corretamente quanto ao cumprimento deste indicador.

No entanto, caso se considere os gastos com pessoal apenas descontados dos órgãos sociais, a empresa apresenta valor superior de gastos com pessoal face a 2022, mas cumpre se tivermos em conta o PAO de 2023.

82 A

em milhares de euros			
Rubricas	Real março23	Real março22	Orçamento março23
Gastos com pessoal DR	1.377	1.266	1.645
Orgãos Sociais	69	67	76
Impacto absentismo (*)	0	0	0
Gastos com pessoal corrigidos	1.308	1.199	1.569
Nº total de RH	163	153	163

(*) determinado apenas no final do ano

Em termos do plano de contratação de colaboradores, a entidade encontra-se em linha com o orçamentado.

d. Endividamento

No que diz respeito ao endividamento encontra-se 35% abaixo do valor orçamentado, situando-se em 17,4 milhões de euros:

em milhares de euros					
Endividamento financeiro total	Real março23	Orçamento março23	Desvio	Real março22	Desvio
Endividamento	17.253	26.753	-9.500	31.469	-14.216
Endividamento	17.253	26.753	-9.500	31.469	-14.216

Considerando a fórmula da variação máxima do endividamento (bruto) definida no Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO), em que a variação inclui o valor dos aumentos de capital ocorridos e os novos investimentos, e cujo limite é de 2%, a mesma é cumprida. No entanto este valor só será convenientemente avaliado no final do ano:

Variação do endividamento	
2 - Financiamento remunerado dezembro 22	17.275
2 - Financiamento remunerado março 23	17.253
3 - Novos investimentos	0
5 - Capital PAO março 2023	20.903
Variação do endividamento 2023/2022	-0,06%

e. Prazo médio de pagamentos

O prazo médio de pagamentos situa-se à data de análise em 52 dias, acima do valor orçamentado, e acima do valor estabelecido legalmente (39 dias).

Prazo médio de pagamentos	Real março23	Orçamento março23	Desvio	Real dezembro22	Desvio
dias	52	48	4	39	13

Recomenda-se o acompanhamento desta situação, apesar de nada ter chegado ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a AdDP não tenha cumprido, de uma forma geral, com os prazos de pagamento estabelecidos junto dos seus fornecedores.

CONCLUSÃO

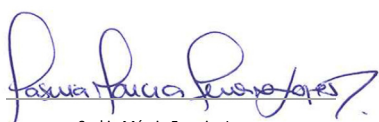
Tendo em atenção as análises efetuadas e os contactos regulares que decorreram com o Conselho de Administração e com os Serviços, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a referida informação financeira do período findo em 31 de março de 2023 da Águas do Douro e Paiva, SA, não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com os registos contabilísticos e de controlo orçamental que lhe servem de suporte naquela data.

Contudo, persistem algumas limitações que salientamos:

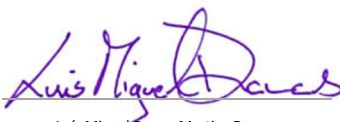
- Em 31 de março de 2023 não existem demonstrações financeiras intercalares auditadas, pelo que o Conselho Fiscal não pode garantir / validar, com total fiabilidade, as asserções contidas nas rubricas da posição financeira e da demonstração dos resultados apresentadas, na parte da execução;
- Quanto ao rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, a Entidade encontra-se em cumprimento, quando comparado com o orçamento de 2023, mas a tendência é para incumprimento quanto ao ano de referência – 2019, embora a aferição seja anual.
- A empresa não apresentou o efeito do absentismo e, portanto, não foi possível concluir corretamente quanto ao cumprimento do indicador da manutenção dos gastos com pessoal;
- No que respeita ao indicador conjunto de gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, frota, bem como estudos, pareceres, projetos e consultorias, regista um valor inferior ao proporcional do orçamento relativo a esse período, bem como ao valor acumulado a março de 2022 – ano de referência. No entanto, o indicador só poderá ser convenientemente avaliado no final do ano.
- Em relação ao prazo médio de pagamentos, a empresa não se encontra a cumprir o preconizado na lei quanto ao limite definido. Realçamos, contudo, que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a AdDP não tenha cumprido, de uma forma geral, com os prazos de pagamento estabelecidos junto dos seus fornecedores.

Porto, 3 de novembro de 2023

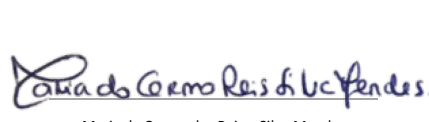
O Conselho Fiscal



Saskia Márcia Ferreira Lopes
(Presidente)



Luís Miguel Barros Martins Damas
(Vogal)



Maria do Carmo dos Reis e Silva Mendes
(Vogal)